

3PL Brasil Logística S.A.

CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78 - NIRE 35.300.483.154

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2025

1. Data, Horário e Local: Em 1º de julho de 2025, às 11:00, na sede da **3PL Brasil Logística S.A.**, localizada na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Antônio João Abdalla, nº 260, Lote "Área A", Quadra 0, Bloco 200, Setor 3PL, Empresarial Colina, CEP 07750-020 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da única acionista titular da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 e do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme abaixo indicado.

3. Composição da Mesa: Carlos Rodriguez Salinas como Presidente; e, Matheus Trinca Fernandes como Secretário da Mesa.

4. Ordem do Dia: Resolver sobre (i) a aceitação das renúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Rodriguez Salinas ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e pelo Sr. Matheus Trinca Fernandes ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas nesta data e arquivadas na sede da Companhia; (ii) a extinção do Conselho de Administração da Companhia e consequente alteração do Estatuto Social; (iii) a aceitação das renúncias apresentadas pelo Sr. Newton Marcelo Ferreira Andrade e pelo Sr. Valmir Souza de Almeida aos cargos de Diretores da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas nesta data e arquivadas na sede da Companhia; (iv) a eleição e reeleição dos novos Diretores da Companhia; e (v) autorizar os membros da administração da Companhia a tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários para implementar e dar efeito às deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.

5. Resoluções: A acionista titular de ações representativas do capital social da Companhia resolveu o quanto segue:

5.1. Aprovaram os pedidos de renúncia a contar da presente data, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia (i) do Sr. **Carlos Rodriguez Salinas**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte G07988860 e do documento de identidade RNM G0698236 emitido pelo DPF/CAS/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.528.538-75, com endereço profissional no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) do Sr. **Matheus Trinca Fernandes**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG sob o nº 33.470.783-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.182.178-51, com endereço profissional no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia.

5.2. Extinguir o Conselho de Administração da Companhia, para todos os fins e efeitos. Consequentemente, o Estatuto Social da Companhia será reformulado para excluir as referências ao Conselho de Administração, passando a vigorar com a redação constante do **Anexo J. 5.3. Aprovaram** os pedidos de renúncia a contar da presente data, conforme cartas de renúncia arquivadas na sede da Companhia, pelo (i) Sr. **Newton Marcelo Ferreira Andrade**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.748.904 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.365.648-24, com endereço profissional no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, à Avenida Doutor Antônio João Abdalla, 260, Lote "Área A", Quadra 0, Bloco 200, Setor 3PL, Empresarial Colina, CEP 07.750-020; e pelo (ii) Sr. **Valmir Souza de Almeida**, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 13405224, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.941.208-40, com residente e domiciliado à Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 6200, VL Rio Branco, na Cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13215-276, aos cargos de Diretores da Companhia.

5.4. Aprovaram a eleição dos seguintes novos Diretores à Companhia para um prazo de mandato de 1 (um) ano contado da presente data: **Maurício Pires Motta**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 92012368, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.885.857-47, residente e domiciliado na Alameda Paineiras, 76, L13 Quadra E, Bosque de Grevilea, CEP 13283-550, na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo; **Guilherme Jacyntho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 25.507.974-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.503.728-21, residente e domiciliado na Avenida Teodoro Scavone, 27, Swiss Park, CEP 13049-571, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo; 5.4.1. **Aprovaram** a reeleição para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato de 1 (um) ano contado da presente data: **Matheus Trinca Fernandes**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.470.783-3 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 263.182.178-51, com endereço profissional na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, Município de Vinhedo, Estado de São Paulo CEP 13288-006. Os novos Diretores ora eleitos e reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes do **Anexo II. 5.5.** Autorizar os membros da administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para efetivar as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária perante todos e quaisquer órgãos, públicos ou não.

6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Não havendo quaisquer outras matérias a serem tratadas e discutidas, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos e, ato contínuo, lavrou e presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos. Mesa: Presidente: Carlos Rodriguez Salinas, e Secretário: Matheus Trinca Fernandes. Acionista: **CL Brasil Holding Ltd.** Cajamar, 1º de julho de 2025. JUCESP nº 249.200/25-9 em 18/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL REFORMULADO E CONSOLIDADO. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Prazo. Artigo 1º – Sob a denominação **3PL Brasil Logística S.A.**, está constituída uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Av. Doutor Antônio João Abdalla, nº 260, Lote "Área A", Quadra 0, Bloco 200, Setor 3PL, Empresarial Colina, CEP 07750-020, podendo abrir filiais no Brasil ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º – A Companhia tem como objeto social: (i) guarda e conservação de mercadorias, podendo emitir títulos especiais que as representem (conhecimento de depósito e warrant); (ii) armazenagem geral de mercadorias, de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903; (iii) prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de projetos de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda, inclusive o recondicionamento das referidas mercadorias para tais fins; (iv) armazenar, estocar, expedir, reembalar, etiquetar, rotular e transportar, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima ou fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior, produtos de qualquer natureza, inclusive alimentos, medicamentos humanos (comuns ou controlados pela Portaria ANVISA 344, de 12 de maio de 1998), insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes/desinfetantes, correlatos, medicamentos veterinários, inclusive biológicos para uso humano ou veterinário; (v) prestação de serviços relativos a embalagens promocionais; (vi) locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (vii) armazém industrialização e empacotamento por conta de terceiros; (ix) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; (x) prestação de serviços de intermediação de transporte por conta de terceiros, englobando organização e infraestrutura ao transporte de carga, por conta de terceiros; distribuição de brindes, material promocional e congêneres de terceiros, incluindo agrupamento, fracionamento e acondicionamento de carga; (xi) prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas; (xii) prestação de serviços de suporte ao processamento de dados e digitação; (xiii) agenciamento de carga aérea; (xiv) transporte de produtos perigosos; (xv) locação de veículos, (xvi) administração de frota de veículos automotores; (xvii) guarda, conservação e distribuição de agrotóxicos e produtos químicos em geral; (xviii) locação de equipamentos para movimentação e armazenagem de cargas; (xix) agenciamento de cargas marítimas, ferroviárias, aéreas e atividades correlatas; (xx) comércio varejista de equipamentos eletroeletrônicos, máquinas, equipamentos de informática, bem como suas partes, peças, acessórios e suprimentos; (xxi) prestação de serviços de manutenção, reparação, instalação e assistência técnica dos mesmos; (xxii) manutenção de equipamentos de transporte; (xxiii) cessão de mão de obra para operação de equipamentos de transporte; (xxiv) armazenagem e transporte de sementes; (xxv) serviços de consultoria técnica e regulatória, incluindo, mas não se limitando à emissão de protocolos técnicos de qualificações de áreas, cold chain, monitoramento e controle de temperatura, validação de sistemas computarizados de controle de temperatura e capacitação dos clientes da Companhia junto aos órgãos competentes.

Parágrafo Único – Para fins deste Estatuto Social, o termo Subsidiária significa qualquer companhia, sociedade, pessoa jurídica, fundo, condomínio, entidade sem personalidade jurídica, organização, consórcio, joint venture ou grupo de sociedades no qual a Companhia detenha qualquer ação, quota, participação ou investimento.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

Capítulo II – Capital Social e das Ações. Artigo 5º – O capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **R\$ 71.137.919,40 (setenta e um milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e dezenove reais e quarenta centavos)**, dividido em 65.209.090 (sessenta e cinco milhões, duzentas e nove mil e noventa) ações, sendo **64.388.547 (sessenta e quatro milhões, trezentas e oitenta e oito mil, quinhentas e quarenta e sete) ações ordinárias e 830.543 (oitocentas e trinta mil, quinhentas e quarenta e três) ações preferenciais**, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º – O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma do Estatuto Social, por meio de deliberação da Assembleia Geral, até o limite de 25.200.000.000 (vinte e cinco bilhões e duzentas milhões)

de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral estabelecerá o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas nos termos do Parágrafo 1º acima, bem como o prazo e as condições de pagamento.

Parágrafo 3º – A Companhia poderá, dentro do limite do capital social autorizado, por deliberação da Assembleia Geral, emitir bônus de subscrição ou outorgar opções de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 6º – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Único – Será concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, caso a Companhia deixe de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por três exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até seu pagamento.

Artigo 7º – Os acionistas terão preferência, na proporção de suas respectivas participações, para subscrição de novas ações de emissão da Companhia, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 8º – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia, bem como a existência destes títulos em circulação.

Capítulo III – Administração. Artigo 9º – A Companhia será administrada por uma Diretoria, conforme disposto, no presente Estatuto Social, cujos membros serão nomeados e eleitos nos termos do Acordo de Acionistas celebrado entre os Acionistas e devidamente arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas").

Parágrafo 1º – Os Diretores serão investidos em seus cargos, independentemente de caução, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas da Diretoria.

Parágrafo 2º – Os Diretores deverão permanecer em seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 3º – Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião.

Artigo 10º – Cabe à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global dos membros da Diretoria.

Artigo 11º – É expressamente vedado e nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Companhia que: (a) envolva obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, exceto nos casos expressamente autorizados pelos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia; ou (b) esteja em desacordo com as disposições do presente Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Artigo 12º – Os administradores da Companhia deverão ser profissionais experientes, capacitados, com reputação ilibada, que não exerçam cargos administrativos em empresas concorrentes (i) da Companhia ou (ii) de qualquer de suas Subsidiárias ou afiliadas no Brasil, e que atendam às qualificações necessárias aos cargos por eles ocupados.

Artigo 13º – A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo, 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, não havendo separação dos referidos Diretores em grupos.

Artigo 14º – O prazo de mandato dos membros da Diretoria é de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Artigo 15º – Compete fundamentalmente aos Diretores: (a) Representar a Companhia perante terceiros, sempre na forma do Artigo 16 abaixo; (b) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (c) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais; e (d) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais.

Artigo 16º – Todos os atos da administração da Companhia deverão ser praticados por: (i) 2 (dois) Diretores, em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; ou (iii) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, sendo estes procuradores devidamente nomeados nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social, podendo as referidas procurações ser celebradas mediante instrumento público ou instrumento particular devidamente assinado de forma eletrônica, nos moldes do artigo 10, I, da MP nº 2.200-2/2001 em vigor no Brasil.

Parágrafo 1º – Não obstante o disposto acima, a representação da Companhia nas hipóteses elencadas acima competirá a qualquer dos Diretores, individualmente, ou a um procurador legalmente constituído com poderes específicos para tanto: (a) perante órgãos ou entidades e empresas públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, agências reguladoras, sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, incluindo Inspeções, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias da Fazenda Estadual e/ou Municipal, Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), Banco Central do Brasil ("BACEN"), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA") e demais órgãos ambientais, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Departamento Estadual de Trânsito ("DETRAN"), Departamento Nacional de Infraestrutura ("DNIT"), Departamentos das Polícias Judiciária e Militar; (b) assuntos rotineiros; (c) em processos judiciais e administrativos, podendo nomear prepostos, outorgar procurações ou substelecer a terceiros com poderes específicos para tanto.

Parágrafo 2º – No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer um dos Diretores, deverá ser convocada a Assembleia Geral para definição e escolha do substituto, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao fato que ensejou tal ausência ou impedimento temporário, sendo certo que, neste período, a representação da Companhia poderá ser realizada somente pelo Diretor remanescente.

Artigo 17º – As procurações em nome da Companhia serão outorgadas, em conjunto, por no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo o competente instrumento especificar os poderes ora conferidos aos procuradores, bem como o prazo de vigência da referida procuração, o qual deverá ser de no máximo 3 (três) anos, a depender da complexidade dos poderes outorgados. Excepcionalmente, as procurações outorgadas para fins judiciais, de processos administrativos ou de nomeação de fiel depositário, poderão ser outorgadas com vigência por prazo indeterminado, devendo ser mencionada a condição de que a vigência perdurará enquanto permanecer ativa a relação de trabalho firmada entre o outorgado e a Companhia, na qual este representará a Companhia.

Artigo 18º – Não obstante a forma de representação estabelecida neste Capítulo, a representação da Companhia em quaisquer atos que envolvam cobrança de indenizações devidas à Companhia competirá a quaisquer dos Diretores.

Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 19º – Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo presente Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, compete à Assembleia Geral: (i) Resgate, recompra, amortização, permanência de ações em tesouraria ou cancelamento de ações da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, bem como os termos e condições de referidas operações, incluindo, mas não se limitando aos valores a serem pagos em referidas operações, observados os parâmetros definidos na Lei das Sociedades por Ações; (ii) Qualquer transformação, incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Subsidiária; (iii) Emissão de ações ou qualquer outro tipo de valor mobiliário da Companhia e/ou suas Subsidiárias, exceção feita à emissão realizada dentro do limite do capital autorizado na Companhia, previsto no Parágrafo 1º, do Artigo 5º, deste Estatuto Social; (iv) Qualquer alteração ao Estatuto Social da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária; (v) Aumento do capital social da Companhia em valor abaixo do Preço de Entrada por Ação, salvo em situações em que esteja configurado um Cenário de Insolvência Financeira, conforme termos definidos no Acordo de Acionistas; (vi) Mudanças na política de dividendos da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, declaração ou distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio em desacordo com este Estatuto Social e/ou com a Lei das Sociedades por Ações e/ou qualquer pagamento realizado a qualquer acionista; (vii) Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia; (viii) Declaração e/ou solicitação de recuperação judicial, falência, requisição de dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, eleição e destituição de liquidantes, julgamento das contas e partilha do acervo social da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária em caso de liquidação, bem como cessação do processo de falência ou estado de liquidação da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária; (ix) Criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares que resultem em uma diluição superior a 3% (três por cento) durante o Período de Investimento, conforme definido no Acordo de Acionistas; (x) Qualquer operação que envolva aquisição ou alienação de qualquer participação acionária em sociedade que atue no Brasil e/ou no exterior, ressalvada a alienação de participação acionária de qualquer sociedade do Segmento Outros da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; (xi) Qualquer endividamento ou operação financeira da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária que resulte em níveis de endividamento superiores a 2x (duas vezes) o EBITDA da Companhia dos 12 (doze) meses anteriores à data de seu referido endividamento ou operação financeira; (xii) Realização de qualquer operação envolvendo, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias, e, do outro, qualquer parte relacionada dos acionistas; (xiii) Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, quando aplicável; (xiv) Aprovar emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, fixando preço de emissão, forma de subscrição, integralização e outras condições da emissão.

Parágrafo 1º – As matérias elencadas acima, relacionadas à Companhia ou suas Subsidiárias, dependerão da aprovação de acionistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das ações com direito a voto da Companhia.

Artigo 20º – As Assembleias Gerais serão realizadas, ordinariamente, em até quatro (4) meses após o término do exercício social da Companhia, para deliberar sobre o disposto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os negócios sociais assim exigirem. Cada ação corresponderá a um (1) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 21º – As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria da Companhia ou, caso esta não o faça, na forma da Lei das Sociedades por Ações, quando os interesses sociais assim exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deverá ser convocada por meio de notificação aos acionistas com, no mínimo, oito (8) dias corridos de antecedência, contendo informação sobre local, data e horário da referida

Assembleia Geral, bem como sobre a ordem do dia e todo e qualquer documento que se faça necessário para as deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral.

Parágrafo 1º – Exceto se de outra forma previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Artigo 19 deste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as deliberações serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria das ações com direito a voto.

Parágrafo 2º – O presidente da Assembleia Geral não computará voto proferido em infração ao Acordo de Acionistas arquivado na sede social, nem a Companhia permitirá o registro de ações em desacordo com as disposições do referido instrumento.

Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 22º – A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescrita em lei.

Parágrafo 1º – O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por três (3) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observada a qualificação e demais requisitos estabelecidos em lei, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua instalação.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura de termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Parágrafo 3º – O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

Parágrafo 4º – As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por qualquer de seus membros.

Parágrafo 5º – Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal.

Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Resultados. Artigo 23º – O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24º – Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Parágrafo 1º – Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, eventuais prejuízos acumulados e previsão para imposto sobre a renda.

Parágrafo 2º – Após as deduções previstas no Parágrafo 1º acima, o lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a conta de reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal, acrescido do montante contabilizado na reserva de capital, representar valor superior a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação prevista nesta alínea; (ii) Do saldo remanescente, uma parcela poderá ser destinada à constituição de reserva de contingência e eventual reversão desta reserva, nos termos da legislação em vigor; (iii) Dedução da parcela necessária ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório, fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, e eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Diretoria. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Artigo 25º – Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá: (a) levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurada nesse balanço; e (b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral.

Artigo 26º – Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, com base em balanços anuais ou intermediários, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente.

Capítulo VII – Resolução de Conflitos. Artigo 27º – A Companhia, seus acionistas e administradores ("Partes") concordam e reconhecem que, anteriormente à instauração de qualquer procedimento litigioso relativo a disputas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social contra qualquer outra Parte, as Partes ou seus representantes legais, conforme o caso, envolverão seus melhores esforços para solucionar a questão de forma amigável, de boa-fé, dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da primeira notificação escrita sobre a disputa ou controvérsia. Durante o período de 30 (trinta) dias mencionado, os respectivos representantes legais das Partes deverão fornecer às demais Partes toda e qualquer informação relevante sobre tal disputa ou controvérsia.

Artigo 28º – Todas as disputas, controvérsias ou reclamações decorrentes de conflitos societários, incluindo aquelas relacionadas às obrigações, execução, interpretação e/ou às condições do presente Estatuto Social, que não possam ser resolvidas amigavelmente pelos acionistas, deverão ser submetidas à arbitragem.

Parágrafo 1º – A arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), em observância à Lei nº 9.307/96, ficando a CAM/CCBC responsável pela administração do procedimento arbitral.

Parágrafo 2º – O tribunal arbitral deverá ser constituído por três (3) árbitros. A parte que desejar instaurar a arbitragem ("Parte Requerente") indicará um árbitro; a parte requerida, outro árbitro ("Parte Requerida"), conjuntamente, de acordo com o Regulamento de Arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão um árbitro e os requeridos, em conjunto, nomearão outro árbitro dentro do prazo fixado pelo Regulamento de Arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será Presidente do tribunal arbitral.

Parágrafo 3º – No caso de uma das Partes, ou conjunto de Partes, não nomear um árbitro ou no caso de os árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado e/ou estipulado no Regulamento de Arbitragem, caberá ao Presidente da CAM/CCBC realizar tal nomeação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do pedido, por escrito, de qualquer uma das Partes.

Parágrafo 4º – A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo 5º – O idioma da arbitragem será o português.

Parágrafo 6º – O tribunal arbitral deverá decidir com base na legislação brasileira aplicável, sem aplicação do princípio da equidade.

Parágrafo 7º – Qualquer decisão do tribunal arbitral deverá ser fundamentada, feita por escrito e será vinculativa entre as Partes, podendo o tribunal arbitral proferir sentença parcial, sentença final e/ou qualquer outra decisão, sendo finais, definitivas e obrigatórias para as Partes. O tribunal arbitral é competente para conceder medidas, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas.

Parágrafo 8º – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer dos acionistas poderá recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelos acionistas: (i) execução de sentença arbitral; (ii) requerer medidas cautelares ou de urgência de proteção de direitos para garantia do resultado útil da arbitragem anteriormente à instituição do tribunal arbitral; (iii) promover, de boa-fé, ação anulatória de sentença arbitral, nos termos da Lei nº 9.307/96; e (iv) execução de qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo, mas não se limitando ao laudo arbitral.

Parágrafo 8.1 – Os acionistas desde já elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como exclusivamente competente para analisar e julgar essas questões. Os acionistas reconhecem que o tribunal arbitral poderá, na hipótese do item (ii) supra, decidir sobre a concessão da medida cautelar ou de urgência pleiteada ao Judiciário, ou sobre a manutenção ou revogação de eventual liminar concedida.

Parágrafo 9º – O tribunal arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, e desde que possível, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao tribunal arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração que: (i) a disputa envolve questões de mérito de direito em comum ou uma disputa principal; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja prejudicada; e (iii) a consolidação, na circunstância, não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante aos acionistas envolvidos nos procedimentos em questão.

Parágrafo 10º – A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem deverá ser determinada pelo tribunal arbitral.

Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 29º – Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral ou pelo Acordo de Acionistas, aplicando-se as disposições legais vigentes.

Artigo 30º – A Companhia cumprirá todas as condições previstas nos acordos de acionistas arquivados em sua sede.

Parágrafo Único – A Companhia não irá registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas ou de quaisquer administradores, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou possa violar ou que seja incompatível com as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 31º – A Companhia é obrigada a disponibilizar para os acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos conversíveis em valores mobiliários de sua emissão.

Artigo 32º – No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no artigo 5º da Instrução CVM.

Artigo 33º – Ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras previstas na Lei 6.404/76 devem ser auditadas por auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



AGV Logística S.A

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20 - NIRE 35.300.358.911

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2025

1. Data, Horário e Local: Em 1º de julho de 2025, às 10:00, na sede da **AGV Logística S.A.**, localizada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da única acionista titular da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 e do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme abaixo indicado.

3. Composição da Mesa: Carlos Rodriguez Salinas como Presidente; e, Matheus Trinca Fernandes como Secretário da Mesa.

4. Ordem do Dia: Resolver sobre (i) a aceitação das renúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Rodriguez Salinas como Presidente; e, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e pelo Sr. Matheus Trinca Fernandes ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas nesta data e arquivadas na sede da Companhia; (ii) a extinção do Conselho de Administração da Companhia e consequente alteração do Estatuto Social; (iii) a aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. Newton Marcelo Ferreira Andrade ao cargo de Diretor da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada nesta data e arquivada na sede da Companhia; (iv) a eleição e reeleição dos novos Diretores da Companhia; e (v) autorizar os membros da administração da Companhia a tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários para implementar e dar efeito às deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.

5. Resoluções: A acionista titular de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia resolveu o quanto segue:

5.1. Aceitar os pedidos de renúncia a contar da presente data, conforme cartas de renúncia arquivadas na sede da Companhia (i) do Sr. **Carlos Rodriguez Salinas**, mexicano, casado, advogado, portador do passaporte G07988860 e do documento de identidade RNM G069823-6 emitido pela DPF/CA/S/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.528.538-75, com endereço profissional no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) do Sr. **Matheus Trinca Fernandes**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG sob o nº 33.470.783-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.182.178-51, com endereço profissional no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia.

5.2. Extinguir o Conselho de Administração da Companhia, para todos os fins e efeitos. Consequentemente, o Estatuto Social da Companhia será reformulado para excluir as referências ao Conselho de Administração, passando a vigorar com a redação constante do **Anexo I. 5.3. Aprovaram** o pedido de renúncia a contar da presente data, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia, pelo Sr. **Newton Marcelo Ferreira Andrade**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.748.904 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.365.648-24, com endereço profissional no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, à Avenida Doutor Antônio João Abdalla, 260, Lote "Área A", Quadra 0, Bloco 200, Setor 3PL, Empresarial Colina, CEP 07.750-020, ao cargo de Diretor da Companhia.

5.4. Aprovaram a eleição dos seguintes novos Diretores à Companhia para um prazo de mandato de 1 (um) ano contado da presente data: **Mauricio Pires Motta**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 92012368, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.885.857-47, residente e domiciliado na Alameda Paineiros, 76, L.13 Quadra E, Bosque de Grevillea, CEP 13283-550, na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo; **Guilherme Jacyntho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 25.507.974-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.503.728-21, residente e domiciliado na Avenida Teodoro Scavone, 27, Swiss Park, CEP 13049-571, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo; 5.4.1. **Aprovaram** a reeleição para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato de 1 (um) ano contado da presente data: **Matheus Trinca Fernandes**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.470.783-3 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 263.182.178-51, com endereço profissional na Rua Edgar Marchiori, Nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, Município de Vinhedo, Estado de São Paulo CEP 13288-006. Os novos Diretores ora eleitos e reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes do **Anexo II. 5.5.** Autorizar os membros da administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar e celebrar todas e quaisquer documentos necessários para efetivar as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária perante todos e quaisquer órgãos, públicos ou não.

6. Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura da Ata: Não havendo quaisquer outras matérias a serem tratadas e discutidas, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos e, ato contínuo, lavrou-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos. Mesa: Presidente: Carlos Rodriguez Salinas, e Secretário: Matheus Trinca Fernandes. Acionista: **CL Brasil Holding Ltda.**, Vinhedo, 1º de julho de 2025. JUCESP nº 249.002/25-5 em 16/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL REFORMULADO E CONSOLIDADO. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Prazo. Artigo 1º – Sob a denominação **AGV Logística S.A.**, está constituída uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13.288-006, podendo abrir filiais no Brasil ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º – A Companhia tem como objeto social: (i) guarda e conservação de mercadorias, podendo emitir títulos especiais que as representem (conhecimento de depósito e warrant); (ii) armazenagem geral de mercadorias, de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903; (iii) prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de projetos de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda, inclusive o reacondicionamento das referidas mercadorias para tais fins; (iv) armazenar, estocar, expedir, reembalar, etiquetar, rotular e transportar, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima ou fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior, produtos de qualquer natureza, inclusive alimentos, medicamentos humanos (comuns ou controlados pela Portaria ANVISA 344, de 12 de maio de 1998), insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes/desinfetantes, correlatos, medicamentos veterinários, inclusive biológicos para uso humano ou veterinário; (v) prestação de serviços relativos a embalagens promocionais; (vi) locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (vii) armazenagem, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; (viii) industrialização e empacotamento por conta de terceiros; (ix) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; (x) prestação de serviços de intermediação de transporte por conta de terceiros, englobando organização e infraestrutura ao transporte de carga, por conta de terceiros; distribuição de brindes, material promocional e congêneres de terceiros, incluindo agrupamento, fracionamento e acondicionamento de carga; (xi) prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas; (xii) prestação de serviços de suporte ao processamento de dados e digitação; (xiii) agenciamento de carga aérea; (xiv) transporte de produtos perigosos; (xv) locação de veículos; (xvi) administração de frota de veículos automotores; (xvii) guarda, conservação e distribuição de agrotóxicos e produtos químicos em geral; (xviii) locação de equipamentos para movimentação e armazenagem de cargas; (xix) agenciamento de cargas marítimas, ferroviárias, aéreas e atividades correlatas; (xx) comércio varejista de equipamentos eletroeletrônicos, máquinas, equipamentos de informática, bem como suas partes, peças, acessórios e suprimentos; (xxi) prestação de serviços de manutenção, reparação, instalação e assistência técnica dos mesmos; (xxii) manutenção de equipamentos de transporte; (xxiii) cessão de mão de obra para operação de equipamentos de transporte; (xxiv) armazenagem e transporte de sementes; e (xxv) serviços de consultoria técnica e regulatória, incluindo, mas não se limitando à emissão de protocolos técnicos de qualificações de áreas, cold chain, monitoramento e controle de temperatura, validação de sistemas computadorizados de controle de temperatura e capacitação dos clientes da Companhia junto aos órgãos competentes.

Parágrafo Único – Para fins deste Estatuto Social, o termo "Subsidiária" significa qualquer companhia, sociedade, pessoa jurídica, fundo, condomínio, entidade sem personalidade jurídica, organização, consórcio, joint venture ou grupo de sociedades no qual a Companhia detenha qualquer ação, quota, participação ou investimento.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

Capítulo II – Capital Social e das Ações. Artigo 5º – O capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **R\$ 209.563.104,08 (duzentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, cento e quatro reais e oito centavos)**, dividido em 482.188.111 (quatrocentas e oitenta e duas milhões, cento e oitenta e oito mil, cento e onze) ações, sendo **481.017.501 (quatrocentas e oitenta e uma milhões, dezessete mil, quinhentas e uma) ações ordinárias** e **1.170.610 (um milhão, cento e setenta mil, seiscentas e dez) ações preferenciais**, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º – O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma do Estatuto Social, por meio de deliberação da Assembleia Geral, até o limite de 25.200.000.000 (vinte e cinco bilhões e duzentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral estabelecerá o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas nos termos do Parágrafo 1º acima, bem como o prazo e as condições de pagamento.

Parágrafo 3º – A Companhia poderá, dentro do limite do capital social autorizado, por deliberação da Assembleia Geral, emitir bônus de subscrição ou outorgar opções de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com plano aprovado pela

Assembleia Geral.

Artigo 6º – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Único – Será concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, caso a Companhia deixe de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por três exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até seu pagamento.

Artigo 7º – Os acionistas terão preferência, na proporção de suas respectivas participações, para subscrição de novas ações de emissão da Companhia, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 8º – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia, bem como a existência destes títulos em circulação.

Capítulo III – Administração. Artigo 9º – A Companhia será administrada por uma Diretoria, conforme disposto, no presente Estatuto Social, cujos membros serão nomeados e eleitos nos termos do Acordo de Acionistas celebrado entre os Acionistas e devidamente arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas").

Parágrafo 1º – Os Diretores serão investidos em seus cargos, independentemente de caução, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas da Diretoria, conforme o caso.

Parágrafo 2º – Os Diretores deverão permanecer em seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 3º – Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião.

Artigo 10º – Cabe à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global dos membros da Diretoria.

Artigo 11 – É expressamente vedado e nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Companhia que: (a) envolva obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, exceto nos casos expressamente autorizados pelos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia; ou (b) esteja em desacordo com as disposições do presente Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Artigo 12 – Os administradores da Companhia deverão ser profissionais experientes, capacitados, com reputação ilibada, que não exerçam cargos administrativos em empresas concorrentes (i) da Companhia ou (ii) de qualquer de suas Subsidiárias ou afiliadas no Brasil, e que atendam às qualificações necessárias aos cargos por eles ocupados.

Artigo 13 – A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo, 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, não havendo separação dos referidos Diretores em grupos.

Artigo 14 – O prazo de mandato dos membros da Diretoria é de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Artigo 15 – Compete fundamentalmente aos Diretores: (a) Representar a Companhia perante terceiros, sempre na forma do Artigo 16 abaixo; (b) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (c) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais; e (d) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais.

Artigo 16 – Todos os atos da administração da Companhia deverão ser praticados por: (i) 2 (dois) Diretores, em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; ou (iii) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, sendo estes procuradores devidamente nomeados nos termos do Artigo 17 deste Estatuto Social, podendo as referidas procurações ser celebradas mediante instrumento público ou instrumento particular devidamente assinado de forma eletrônica, nos moldes do artigo 10, I, da MP nº 2.200-2/2001 em vigor no Brasil.

Parágrafo 1º – Não obstante o disposto acima, a representação da Companhia nas hipóteses elencadas abaixo competirá a qualquer dos Diretores, individualmente, ou a um procurador legalmente constituído com poderes específicos para tanto: (a) perante órgãos ou entidades e empresas públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, agências reguladoras, sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, incluindo Inspeções, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias da Fazenda Estadual e/ou Municipal, Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), Banco Central do Brasil ("BACEN"), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA") e demais órgãos ambientais, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Departamento Estadual de Trânsito ("DETRAN"), Departamento Nacional de Infraestrutura ("DNIT"), Departamentos das Polícias Judiciária e Militar; (b) assuntos rotineiros; (c) em processos judiciais e administrativos, podendo nomear prepostos, outorgar procurações ou subestabelecer a terceiros com poderes específicos para tanto.

Parágrafo 2º – No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer um dos Diretores, deverá ser convocada a Assembleia Geral para definição e escolha do substituto, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao fato que ensejou tal ausência ou impedimento temporário, sendo certo que, neste período, a representação da Companhia poderá ser realizada somente pelo Diretor remanescente.

Artigo 17 – As procurações em nome da Companhia serão outorgadas, em conjunto, por no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo o competente instrumento especificar os poderes ora conferidos aos procuradores, bem como o prazo de vigência da referida procuração, o qual deverá ser de no máximo 3 (três) anos, a depender da complexidade dos poderes outorgados. Excepcionalmente, as procurações outorgadas para fins judiciais, de processos administrativos ou de nomeação de fiel depositário, poderão ser outorgadas com vigência por prazo indeterminado, devendo ser mencionada a condição de que a vigência perdurará enquanto permanecer ativa a relação de trabalho firmada entre o outorgado e a Companhia, na qual este representará a Companhia.

Artigo 18 – Não obstante a forma de representação estabelecida neste Capítulo, a representação da Companhia em quaisquer atos que envolvam cobrança de indenizações devidas à Companhia competirá a quaisquer dos Diretores.

Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 19 – Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo presente Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, compete à Assembleia Geral: (i) Resgate, recompra, amortização, permanência de ações em tesouraria ou cancelamento de ações da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, bem como os termos e condições de referidas operações, incluindo, mas não se limitando aos valores a serem pagos em referidas operações, observados os parâmetros definidos na Lei das Sociedades por Ações; (ii) Qualquer transformação, incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Subsidiária; (iii) Emissão de ações ou qualquer outro tipo de valor mobiliário da Companhia e/ou suas Subsidiárias, exceção feita à emissão realizada dentro do limite do capital autorizado na Companhia, previsto no Parágrafo 1º, do Artigo 5º, deste Estatuto Social; (iv) Qualquer alteração ao Estatuto Social da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária; (v) Aumento do capital social da Companhia em valor abaixo do Preço de Entrada por Ação, salvo em situações em que esteja configurado um Cenário de Insolvência Financeira, conforme termos definidos no Acordo de Acionistas; (vi) Mudanças na política de dividendos da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, declaração ou distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio em desacordo com este Estatuto Social e/ou com a Lei das Sociedades por Ações e/ou qualquer pagamento realizado a qualquer acionista; (vii) Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia; (viii) Declaração e/ou solicitação de recuperação judicial, falência, requisição de dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária, eleição e destituição de liquidantes, julgamento das contas e partilha do acervo social da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária em caso de liquidação, bem como cessação do processo de falência ou estado de liquidação da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária; (ix) Criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de ações ou instrumentos similares que resultem em uma diluição superior a 3% (três por cento) durante o Período de Investimento, conforme definido no Acordo de Acionistas; (x) Qualquer operação que envolva aquisição ou alienação de qualquer participação acionária em sociedade que atue no Brasil e/ou no exterior, ressalvada a alienação de participação acionária de qualquer sociedade do Segmento Outros da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; (xi) Qualquer endividamento ou operação financeira da Companhia e/ou de qualquer Subsidiária que resulte em níveis de endividamento superiores a 2x (duas vezes) o EBITDA da Companhia dos 12 (doze) meses anteriores à data de seu referido endividamento ou operação financeira; (xii) Realização de qualquer operação envolvendo, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias, e, do outro, qualquer parte relacionada dos acionistas; (xiii) Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, quando aplicável; (xiv) Aprovar emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, fixando preço de emissão, forma de subscrição, integralização e outras condições da emissão.

Parágrafo 1º – As matérias elencadas acima, relacionadas à Companhia ou suas Subsidiárias, dependerão da aprovação de acionistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das ações com direito a voto da Companhia.

Artigo 20 – As Assembleias Gerais serão realizadas, ordinariamente, em até quatro (4) meses após o término do exercício social da Companhia, para deliberar sobre o disposto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os negócios sociais assim exigirem. Cada ação corresponderá a um (1) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 21 – As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria da Companhia ou, caso esta não o faça, na forma da Lei das Sociedades por Ações, quando os interesses sociais assim exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deverá ser convocada por meio de notificação aos acionistas com, no mínimo, oito (8) dias corridos de antecedência, contendo informação sobre local, data e horário da referida Assembleia Geral, bem como sobre a ordem do dia e todo e qualquer documento que se faça necessário para as deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Exceto se de outra forma previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Artigo 19 deste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas arquivado na sede

da Companhia, as deliberações serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria das ações com direito a voto.

Parágrafo 2º - O presidente da Assembleia Geral não computará voto proferido em infração ao Acordo de Acionistas arquivado na sede social, nem a Companhia permitirá o registro de ações em desacordo com as disposições do referido instrumento.

Parágrafo 3º - Independentemente do cumprimento das formalidades previstas neste artigo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 22 - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescrita em lei.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por três (3) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observada a qualificação e demais requisitos estabelecidos em lei, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua instalação.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura de termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Parágrafo 3º - O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por qualquer de seus membros.

Parágrafo 5º - Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal.

Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Resultados. Artigo 23 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Parágrafo 1º - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, eventuais prejuízos acumulados e previsão para imposto sobre a renda.

Parágrafo 2º - Após as deduções previstas no Parágrafo 1º acima, o lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a conta de reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal, acrescido do montante contabilizado na reserva de capital, representar valor superior a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação prevista nesta alínea; (ii) Do saldo remanescente, uma parcela poderá ser destinada à constituição de reserva de contingência e eventual reversão desta reserva, nos termos da legislação em vigor; (iii) Dedução da parcela necessária ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório, fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, e eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Diretoria. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Artigo 25 - Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá: (a) levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurada nesse balanço; e (b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral.

Artigo 26 - Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, com base em balanços anuais ou intermediários, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente.

Capítulo VII – Resolução de Conflitos. Artigo 27 - A Companhia, seus acionistas e administradores ("Partes") concordam e reconhecem que, anteriormente à instauração de qualquer procedimento litigioso relativo a disputas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social contra qualquer outra Parte, as Partes ou seus representantes legais, conforme o caso, envidarão seus melhores esforços para solucionar a questão de forma amigável, de boa-fé, dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da primeira notificação escrita sobre a disputa ou controvérsia. Durante o período de 30 (trinta) dias mencionado, os respectivos representantes legais das Partes deverão fornecer às Partes todas e qualquer informação relevante sobre tal disputa ou controvérsia.

Artigo 28 - Todas as disputas, controvérsias ou reclamações decorrentes de conflitos societários, incluindo aquelas relacionadas às obrigações, execução, interpretação e/ou às condições do presente Estatuto Social, que não possam ser resolvidas amigavelmente pelos acionistas, deverão ser submetidas à arbitragem.

Parágrafo 1º - A arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), em observância à Lei nº 9.307/96, ficando a CAM/CCBC responsável pela administração do procedimento arbitral.

Parágrafo 2º - O tribunal arbitral deverá ser constituído por três (3) árbitros. A parte que desejar instaurar a arbitragem ("Parte Requerente") indicará um árbitro; a parte requerida, outro árbitro ("Parte Requerida"), conjuntamente, de acordo com o Regulamento de Arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão um árbitro e os requeridos, em conjunto, nomearão outro árbitro dentro do prazo fixado pelo Regulamento de Arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será Presidente do tribunal arbitral.

Parágrafo 3º - No caso de uma Partes, ou conjunto de Partes, não nomear um árbitro ou no caso de os árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado e/ou estipulado no Regulamento de Arbitragem, caberá ao Presidente da CAM/CCBC realizar tal nomeação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do pedido, por escrito, de qualquer uma das Partes.

Parágrafo 4º - A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo 5º - O idioma da arbitragem será o português.

Parágrafo 6º - O tribunal arbitral deverá decidir com base na legislação brasileira aplicável, sem aplicação do princípio da equidade.

Parágrafo 7º - Qualquer decisão do tribunal arbitral deverá ser fundamentada, feita por escrito e será vinculativa entre as Partes, podendo o tribunal arbitral proferir sentença parcial, sentença final e/ou qualquer outra decisão, sendo finais, definitivas e obrigatórias para as Partes. O tribunal arbitral é competente para conceder medidas, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas.

Parágrafo 8º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer dos acionistas poderá recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelos acionistas: (i) execução de sentença arbitral; (ii) requerer medidas cautelares ou de urgência de proteção de direitos para garantia do resultado útil da arbitragem anteriormente à instituição do tribunal arbitral; (iii) promover, de boa-fé, ação anulatória de sentença arbitral, nos termos da Lei nº 9.307/96; e (iv) execução de qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo, mas não se limitando ao laudo arbitral. Os acionistas desde já elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como exclusivamente competente para analisar e julgar essas questões. Os acionistas reconhecem que o tribunal arbitral poderá, na hipótese do item (ii) supra, decidir sobre a concessão da medida cautelar ou de urgência pleiteada ao Judiciário, ou sobre a manutenção ou revogação de eventual liminar concedida.

Parágrafo 9º - O tribunal arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, e desde que possível, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao tribunal arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração que: (i) a disputa envolva questões de mérito de direito em comum ou uma disputa principal; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja prejudicada; e (iii) a consolidação, na circunstância, não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante aos acionistas envolvidos nos procedimentos em questão.

Parágrafo 10º - A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem deverá ser determinada pelo tribunal arbitral.

Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 29 - Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral ou pelo Acordo de Acionistas, aplicando-se as disposições legais vigentes.

Artigo 30 - A Companhia cumprirá todas as condições previstas nos acordos de acionistas arquivados em sua sede.

Parágrafo Único - A Companhia não irá registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas ou de quaisquer administradores, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou possa violar ou que seja incompatível com as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 31 - A Companhia é obrigada a disponibilizar para os acionistas os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos conversíveis em valores mobiliários de sua emissão.

Artigo 32 - No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no artigo 5º da Instrução CVM.

Artigo 33 - Ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras previstas na Lei 6.404/76 devem ser auditadas por auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22 - NIRE 35.300.491.19-0

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. A SER REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2025.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas"), da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.," celebrado em 6 de junho de 2020, entre a Companhia e a VIX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (atual denominação da sociedade Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0004-01 ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 15 de junho de 2020, em 30 de novembro de 2020 e em 10 de janeiro de 2022 ("Escritura de Emissão"), para se reunirem, em segunda convocação, no dia 3 de setembro de 2025, às 15:30 horas, em assembleia geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de forma exclusivamente digital e remota, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto à distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "TEN" (<https://assembleia.ten.com.br/850044663>) ("Plataforma Digital"), nos termos da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81") e do artigo 70, inciso I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte matéria constante da ORDEM DO DIA:

(i) aprovar a concessão de consentimento prévio, de forma que não seja caracterizada uma hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na Escritura de Emissão) das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.2, item (xix) da Escritura de Emissão, em razão da alteração do controle acionário direto da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")) que deixará de ser detido pela Equatorial Transmissão S.A. e passará a ser detido pela Equatorial S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "P", com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SOS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.071-680, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.220.438/0001-73 ("Troca do Controle Acionário da Companhia");

A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da AGD, sendo certo que, no caso de aprovação pelos Debenturistas da matéria constante do item (i) da ordem do dia, será pago *waiver fee* aos Debenturistas, em valor de, no mínimo, 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures. O *waiver fee* será pago no prazo a ser discutido em sede da AGD, por meio do ambiente B3, sendo certo que o saldo do Valor Nominal Atualizado na data da referida AGD será o valor a ser considerado para cálculo do *waiver fee*.

Observadas as demais disposições aqui constantes, terão direito ao recebimento do *waiver fee* aqueles Debenturistas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*, sendo que o *waiver fee* será pago a tais Debenturistas de forma proporcional à quantidade de Debêntures detida por cada um deles no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*.

Informações Gerais:
Nos termos da Cláusula 10.3.1 da Escritura de Emissão e do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nos termos da Cláusula 10.4.1 da Escritura da Emissão, considerando que o item (i) da ordem do dia da AGD tem por objeto deliberar sobre a autorização prévia para a aprovação da Troca do Controle Acionário da Companhia, a aprovação da matéria constantes do item (i) da ordem do dia dependerá da aprovação (a) em primeira convocação, de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, e (b) em segunda convocação, de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes em AGD.

Os Debenturistas interessados em participar da AGD deverão solicitar o cadastro por meio da Plataforma Digital ("Cadastro"), com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da data de realização da AGD, selecionando a opção "cadastr" e realizando o upload dos documentos necessários para a habilitação, conforme descrito abaixo.

Em caso de eventuais dúvidas ou esclarecimentos, os Debenturistas poderão requisitar informações à Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, nos endereços eletrônicos "ld.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br", "agentefiduciario@vortex.com.br" e "afn@vortex.com.br".

A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo.

Nos termos da IN DREI 81 e do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da Plataforma Digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website "<https://ri.equatorialenergia.com.br/>", desde que atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual será enviado à Plataforma Digital, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da realização da AGD.

A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução da CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.

Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar por meio da Plataforma Digital: (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para a representação na AGD ou instrução de voto. Para o caso de envio da procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Companhia ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto.

O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, bem como cópia dos documentos pessoais dos assinantes.

Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações comprometidas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista στα endereços acima contendo (b.1) a indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação comprometida e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e finalidade da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos.

As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014).

Após a análise dos documentos enviados, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do Cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do Cadastro. Adicionalmente, os Debenturistas receberão em até 1 (um) dia antes da realização da AGD, via e-mail, um lembrete com as instruções para acesso à Plataforma Digital.

Na data da AGD, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas credenciados na Plataforma Digital se familiarizem previamente com a Plataforma Digital.

Caso determinado Debenturista necessite de orientações acerca das instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do endereço eletrônico "ld.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Em caso de dúvidas, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo endereço eletrônico acima, com cópia ao Agente Fiduciário, por meio dos endereços eletrônicos "agentefiduciario@vortex.com.br" e "afn@vortex.com.br".

A administração da Companhia reitera aos Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81 e na IN DREI 81.

Este Edital se encontra nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>) e do Agente Fiduciário (<https://www.vortex.com.br/>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 25 de agosto de 2025

ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.



Companhia de Concessões Rodoviárias
do Novo Litoral de São Paulo
CNPJ/MF nº 55.198.181/0001-02 - NIRE 35.300.647.807

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de agosto de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Em 01 de agosto de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Barão de Paranapiacaba, nº 233, 20º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP 11050-251.

2. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 17, do Estatuto Social da Companhia, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

3. **Mesa:** Presidente: Marco Antonio Salvoni; e Secretário: Nei Moreira Junior.

4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a contratação da Companhia com a Parte Relacionada, CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda., para implantação de sinalização vertical referentes à implantação dos pórticos de pedágio eletrônico “Free Flow” nos trechos das rodovias sob administração da Companhia.

5. **Deliberações:** Iniciada a reunião, foi dada a palavra ao Sr. José Roberto de Jesus Pinheiro que fez a apresentação acerca do processo de contratação de equipamentos para atendimento às demandas de implantação de sinalização vertical referentes à implantação dos pórticos de pedágio eletrônico “Free Flow” nos trechos das rodovias sob administração da Companhia, tendo iniciado relembrando as regras da Política de Transações entre Partes Relacionadas adotada pela Companhia e que estas foram observadas ao longo do processo de cotação e negociação; em seguida, procedeu à breve explicação sobre o convite feito ao mercado, as condições exigidas para a contratação e demonstração de que as condições ofertadas pela CLD se demonstraram técnica, operacional e financeiramente mais vantajosas em relação às ofertas das demais fornecedores cotados, porém com menor preço, razão pela qual a Companhia tem interesse em contratar com referida empresa. Esclareceu que a CLD é Parte Relacionada por se tratar de sociedade acionista direta da Companhia. Por essa razão, os Srs. Labib Faour Auad, Jorge Marques Moura e Bruno Ferreira Caraméz, representantes de referida acionista, declararam-se impedidos, não tendo feito uso da palavra durante as discussões e absten-do-se de participar da deliberação. Os membros do Conselho de Administração debateram o tema, além de esclarecerem suas dúvidas. Ao final, os Conselheiros aptos a votar, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram a contratação da CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda. para a prestação de serviços relativos ao fornecimento, transporte, implantação da sinalização vertical referentes à implantação dos pórticos de pedágio eletrônico “Free Flow” nos trechos das rodovias sob administração da Companhia, pelo valor global de R\$2.750.527,47 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos). Por fim, reiteraram que a aprovação é condicionada à celebração de contrato formal e escrito, seguindo os critérios previstos na Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia, e à publicação das condições gerais da respectiva contratação nos termos da mesma Política e do Contrato de Concessão Patrocinada.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lida a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Marco Antonio Salvoni – Presidente. Nei Moreira Junior – Secretário. Membros do Conselho de Administração: Marco Antonio Salvoni, Claudio Roberto Daud, Lucas Gianella, Thiago Barbosa Leone, Nei Moreira Junior, Labib Faour Auad (impedido), Jorge Marques Moura (impedido), Bruno Ferreira Caraméz (impedido) e João Garcia Couri Neto. Santos, 01 de agosto de 2025. Mesa: Marco Antonio Salvoni – **Presidente**; Nei Moreira Junior – **Secretário**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.166/25-0 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

Azul S.A.
CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2025

1. **Data, Horário e Local:** Em 11 de agosto de 2025, às 13h00, de modo exclusivamente digital, com votos proferidos eletronicamente, os quais foram arquivados na sede da Azul S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040.

2. **Convocação e Presença:** A reunião foi convocada nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e devidamente instalada em primeira convocação. Membros do Conselho de Administração presentes: David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Daniella Marques Consentinio, José Mario Caprioli dos Santos, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, James Jason Grant e Jonathan Seth Zimman.

3. **Mesa:** David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário.

4. **Ordem do Dia:** Discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Aprovação das Informações Trimestrais ("ITRs") individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao segundo trimestre do exercício social de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes; (ii) A ratificação dos termos e condições do contrato de mútuo, celebrado em 24 de setembro de 2024 e aditado em 2 de outubro de 2025, entre a Companhia e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Torre Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Bairro Tamboré, no município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60 ("ALAB"); (iii) A celebração do segundo aditamento ao contrato de mútuo previsto no item (ii) acima, a ser celebrado entre a Companhia e a ALAB; e (iv) A autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique os atos necessários à implementação das deliberações acima.

5. **Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovação das ITRs individuais e consolidadas da Companhia relativas ao segundo trimestre do exercício social de 2025, encerrado em 30 de junho de 2025, bem como o relatório emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes para o referido período, conforme parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e do Conselho Fiscal emitidos nesta data; Com relação aos itens (ii) e (iii) abaixo, seguindo o entendimento manifestado pela Área Jurídica indicando os (a) motivos do ponto de vista dos negócios da Companhia para que seja realizada a transação com a ALAB e que (b) a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado, em circunstâncias equivalentes, os membros do Conselho de Administração neste ato, por unanimidade e sem ressalvas, decidem: (ii) Ratificar os termos e condições do contrato de mútuo, celebrado em 24 de setembro de 2024 e aditado em 2 de outubro de 2025, entre a Companhia e a ALAB, no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), a ser disponibilizado fracionadamente, até a data de 31 de outubro de 2025, sendo que o valor deverá ser restituído até 31 de dezembro de 2028. Sobre os valores incidirão juros de 10,65% (dez inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia; (iii) Aprovar a celebração do segundo aditamento ao contrato de mútuo, a ser celebrado entre a Companhia e a ALAB, no valor de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a ser disponibilizado fracionadamente, até a data de 31 de outubro de 2025, sendo que o valor deverá ser restituído até 31 de dezembro de 2028. Sobre os valores incidirão juros de 14,90% (quatorze inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, conforme Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia; e (iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, sendo ratificados pelo Conselho de Administração os atos já praticados pela Diretoria, nesse sentido.

6. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Suspensos os trabalhos até 14 de agosto de 2025 para análise das documentações suportes da ordem do dia, data em que foram retomados os trabalhos, foi aprovada a lavratura da presente ata em formato sumário, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário.

Membros do Conselho de Administração Presentes: David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Daniella Marques Consentinio, José Mario Caprioli dos Santos, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, James Jason Grant e Jonathan Seth Zimman. Certifico que o presente extrato é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri, SP, 11 de agosto de 2025. Edson Massuda Sugimoto – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.755/25-9 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

RNBL III Energética S.A. CNPJ/MF nº 48.067.954/0001-48				
Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Contas a receber	4.189	1.000	Custo de geração de energia (5.905)	–
Total do ativo circulante	4.189	1.000	Lucro bruto (5.905)	–
Total do ativo	4.189	1.000	Despesas operacionais	
	2024	2023	Gerais e administrativas (4.547)	–
			Outras despesas operacionais (20.690)	–
Passivo				
Circulante				
Contas a pagar	34.531	100	Lucro antes do resultado financeiro (31.142)	–
	34.531	100	Resultado financeiro	
Patrimônio líquido			Despesas financeiras (100)	(100)
Capital social	1.000	1.000	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (31.242)	(100)
Prejuízos acumulados (31.342)	(100)	(100)	Prejuízo do exercício (31.242)	(100)
Total do patrimônio líquido	(30.342)	900		
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.189	1.000		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)				
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	–	1.000	
Prejuízo do exercício	–	(100)	(100)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	(100)	900	
Prejuízo do exercício	–	(31.242)	(31.242)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000	(31.342)	(30.342)	
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68 Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225/0-5 Bruno Alvarez Fabozzi – Contador – CRC ISP 291.800/0-0				
Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia				

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito
aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.
CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 - NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 5 de junho de 2025. Lavrada na forma de Sumário.

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 5 de junho de 2025, às 15:00h, por meio eletrônico nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada.

2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença e/ou boletim/indicação de voto de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

3. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário.

4. **Ordem do Dia:** Analisar, discutir e: (i) aprovar: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Dicionário de Riscos; (iii) Política de Gestão de Riscos e Controles Internos; (iv) Política de Divulgação de Dados Regulatórios; (v) Política de Governança de Proteção de Dados Pessoais; (vi) Regulamento da Plataforma; (vii) Política de Investimentos; (viii) Aprovação da substituição de Aroldo Medeiros por Mario Eduardo Issa de Oliveira como Diretor Comercial, incluindo o Mario ter o direito de comprar da companhia as opções que o Aroldo perdeu ao deixar a CSD BR. (2) para conhecimento: (i) Relatório final – Avaliação do Conselho de Administração.

5. **Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio). São Paulo, 05 de junho de 2025. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Aroldo Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kherallah; Vivian Yu Wai Yui; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 252.902/25-7 em 18/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Eurovida Holding S.A.
CNPJ/MF nº 36.277.337/0001-98 - NIRE 35.300.549.015

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Eurovida Holding S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 02 de setembro de 2025, em sua sede social, na Rua Eulálio da Costa Carvalho, n. 580, sala 02, bairro do Limão, São Paulo, SP, CEP 02712-050, iniciando-se os trabalhos às 10:00 horas, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário, às 11:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) reforma ou ratificação das eventuais deliberações tomadas em assembleias anteriores; (ii) alteração do número de membros do Conselho de Administração e alteração das cláusulas do Estatuto Social acerca do Conselho de Administração; (iii) a criação do cargo de Diretora Presidente Geral da Eurovida; (iv) a nomeação da Dra. Maria Eunice Moreira Felício para compor a Diretoria da Companhia, ocupando o cargo de Diretora Presidente Geral da Eurovida; (v) modificação da composição do Conselho de Administração; (vi) alteração dos artigos 18, 19 e 20 do Estatuto Social; e, (vii) consolidação do Estatuto Social. São Paulo/SP, 21 de agosto de 2025. Maria Eunice Moreira Felício e Roque Felício Junior. (25, 26 e 27/08/2025)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal